

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2020**

**O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATÁ**, Estado de Pernambuco, com sede na Rua Coronel Gustavo Borba, nº 490, Bairro Santa Luzia, Gravata-PE, CEP:55.641-620, inscrito no CNPJ sob o nº 10.710.822/0001-10, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. **LUIZ RIBAMAR SANTOS DE MELO**, Brasileiro, solteiro, administrador, Portador da Cédula de Identidade nº 4.808.878 - SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 995.985.404-30, residente e domiciliado no município de Recife/PE, nos termos do que dispõem as Leis 8.666/93 e 10.520/02 e face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico CEL/FMS nº 003/2020 – Processo Licitatório nº 003/2020**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa vencedora do certame, **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **02.520.829/0001-40**, com sede na Rodovia BR 480, nº 180, Barão de Cotegipe/RS, CEP: 99.740-000, aqui representada por **ODAIR JOSÉ BALESTRIN**, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob o nº 811.773.489-34, portador da Cédula de Identidade sob o nº 12R-2.237.502 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Vasco da Gama, nº 33, Apto, 01, Bairro Centro, Barão de Cotegipe-RS, CEP: 99740-000. Declarando desde já que os ratifica e se compromete a mantê-los durante a vigência da ATA, consoante às seguintes cláusulas e condições:

**1. DO OBJETO**

Esta Ata de Registro de Preços tem como objeto a contratação eventual e futura de empresa especializada para o fornecimento de **MEDICAMENTOS** para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE.

- 1.1. Ressalte-se que a motivação para a formalização de uma Ata de Registro de Preços com o objeto em epígrafe encontra fundamento no Decreto Municipal nº 016/2018, uma vez que, trata-se de fornecimento com contratações frequentes e previsão de entregas parceladas, com remuneração estipulada em unidades de medida.
- 1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Municipal a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos itens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

**2. DOS PREÇOS**

- 2.1. O Fornecedor se compromete a fornecer o(s) itens(s) de acordo com os seguintes preços:

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA. CNPJ Nº 02.520.829/0001-40						
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
11	AMOXICILINA PÓ P/SUSP ORAL 50MG/ML 60ML EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, Nº DO LOTE E ANO DE FABRICAÇÃO E VALIDADE	FRASCOS	12.500	PRATI DONADUZZI	R\$ 2,82	R\$ 35.250,00
54	IBUPROFENO COMPRIMIDO 600MG EMBALADOS EM BLISTER, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, Nº DO LOTE, MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	COMPRIMIDOS	200.000	PRATI DONADUZZI	R\$ 0,15	R\$ 30.000,00
84	RISPERIDONA 1MG/ML FRASCO DE 30ML EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, Nº DO LOTE, FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO	FRASCOS	1.000	PRATI DONADUZZI	R\$ 10,49	R\$ 10.490,00
<b>VALOR GLOBAL R\$ 75.740,00</b>						



- 2.2. O preço a ser praticado está devidamente registrado neste instrumento e é considerado completo, ou seja, abrange todos os encargos de natureza tributária, previdenciária, transporte, ou de qualquer outra forma, que direta ou indiretamente possam incidir sobre o objeto;
- 2.3. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço inscrito nesta Ata de Registro de Preço ofertado **Pregão Eletrônico CEL/FMS nº 003/2020**, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro;
- 2.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;
- 2.5. Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;
- 2.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o Fornecedor não puder comprovadamente cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador pode:
  - 2.6.1. Liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
  - 2.6.2. Convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 2.7. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou dos itens correspondentes do referido fornecedor, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.8. Não serão possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços;
- 2.9. Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual **CONTRATANTE**;
- 2.10. A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.11. O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata, somente ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta e deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme prevê o inciso III do artigo 1º da Lei Estadual (PE) nº 12.525/2003, aplicado ao caso por analogia em face a omissão de previsão na legislação municipal

### 3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 3.1. São participantes deste registro de preços todos os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Gravatá/PE;
- 3.2. A(s) empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preço oriunda deste certame deverá(ão) manter as mesmas condições de qualidade do objeto licitado, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste registro de preços, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

### 4. DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no Decreto Municipal nº 016/2018;
- 4.2. Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, considerando se conveniente e oportuno, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
- 4.3. Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;
- 4.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados;
- 4.5. As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;
- 4.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

## **5. DA(S) CONVOCAÇÃO(ÕES) PARA A(S) ASSINATURA(S) DO(S) CONTRATO(S)**

- 5.1. A Detentora da Ata terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da notificação, para assinar o Contrato ou entregar o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso e consumo, nos termos das contratações levadas a efeito;
- 5.2. A recusa injustificada da empresa Detentora da Ata em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item anterior, acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pela Administração, além do cancelamento do registro do fornecedor, em consonância com o disposto no edital que deu origem a essa Ata;
- 5.3. A contratação será precedida da inscrição do licitante no Registro Cadastral do Município e da emissão de Nota de Empenho, sendo convocado o adjudicatário para assinatura do termo de contrato;
- 5.4. No ato da contratação, se for o caso, a empresa Detentora da Ata deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

## **6. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA**

- 6.1. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, período no qual a Detentora da Ata se obriga a garantir o objeto e os preços registrados durante esse período;
- 6.2. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 8.666/93, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, e subsequentes alterações, e no Edital; no entanto, tratando-se de fornecimento com execução

imediate e integral, poderá ser aplicado, a critério da Administração, o que determina o §4º do artigo 62 da Lei de Licitação;

- 6.3. Em sendo formalizado o contrato, tendo em vista o disposto no item anterior, ele terá vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, da Lei nº 8.666/93.
- 6.4. Qualquer solicitação de prorrogação de prazos previstos, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;
- 6.5. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da convocação para a assinatura do contratual ou se recuse a assiná-lo nas condições estabelecidas na proposta aceita, poderão ser convocados para assinar a Ata de Registro de Preços os participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento, e no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

## 7. DA ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO

- 7.1. A entrega será integral de acordo com o quantitativo estabelecido em cada ordem de fornecimento emitida pelo órgão solicitante, devendo ser observado o prazo máximo de 15 (quize) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviços pela **CONTRATADA**;
- 7.2. A Empresa **CONTRATADA** deverá providenciar o fornecimento dos itens solicitados no local e horário estabelecidos na solicitação/autorização de fornecimento formal, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**;
- 7.3. O objeto proposto neste documento deverá ser entregue adequadamente de modo a manter sua integridade física, e será recebido da seguinte forma:
  - 7.3.1. **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade dos **MEDICAMENTOS** recebidos com as especificações requisitadas;
  - 7.3.2. **Definitivamente**, pelo servidor designado pelo órgão aderente, após a verificação da qualidade e quantidade dos **MEDICAMENTOS** recebidos, e consequente aceitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório;
- 7.4. Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas nos artigos 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 7.5. Serão observados os seguintes critérios na verificação do produto:
  - 7.5.1. Compatibilidade dos itens com as exigências do edital;
  - 7.5.2. Consonância com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certidão do Inmetro, nº do telefone para atendimento ao consumidor, uso, composição, alertas, atendimento as normas da ABNT etc.);
- 7.6. Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os **MEDICAMENTOS** entregues em desacordo com as especificações exigidas neste documento, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 24hs úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para o **CONTRATANTE**;
- 7.7. Será considerada recusa formal a não substituição dos **MEDICAMENTOS**, após 24hs úteis da sua rejeição ou devolução;

- 10.1.3. Comunicar à Detentora da Ata as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
- 10.1.4. Atestar a qualidade e quantidade dos produtos fornecidos pela empresa Detentora da Ata;
- 10.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Detentora da Ata.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / DETENTORA DA ATA

### 11.1. A CONTRATADA, obriga-se, ainda, a:

- 11.1.1. Entregar, em 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da autorização de fornecimento, o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso, nos termos das contratações levadas a efeito;
  - 11.1.1.1. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;
- 11.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto licitado, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos que integram a Ata;
- 11.1.3. Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados e prepostos, as normas estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.1.4. Repor, no prazo máximo de 24hs úteis, quaisquer objetos comprovadamente danificados por seus empregados ou prepostos;
- 11.1.5. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do órgão **CONTRATANTE**, relativamente ao objeto da Ata;
- 11.1.6. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da Ata;
- 11.1.7. Adotar imediatamente após o recebimento da autorização para início do avençado, as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido;
- 11.1.8. Manter, durante o prazo de vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativas à licitação da qual decorreu o Registro de Preços, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no Registro Cadastral do Município de Gravata/PE, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à **CONTRATADA**;
- 11.1.9. Fornecer o objeto do Registro de Preços atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Edital e anexos;
- 11.1.10. Assumir inteira responsabilidade do fornecido, devendo os produtos entregues receberem prévia aprovação do órgão **CONTRATANTE**, que se reserva no direito de recusá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados;
- 11.1.11. Emitir relatórios gerenciais à Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela gestão da Ata de Registro de Preços, sempre que solicitado e no prazo estabelecido na solicitação, no qual deverão constar: os órgãos solicitantes, os itens adquiridos e os respectivos quantitativos, além de outras informações necessárias a critério da Administração Municipal;
- 11.1.12. O relatório gerencial deverá estar acompanhado de nota fiscal/fatura de forma impressa e com arquivo em meio magnético com formato XLS contendo os lançamentos relativos ao período pertinente;

- 11.1.13. Manter funcionário responsável no Município de Gravatá/PE, com poderes legais para assinar Atas de Registro de Preço, respondendo por toda e qualquer questão relativa ao fornecimento aos órgãos participantes, disponibilizando, para tanto, telefone fixo, telefone celular e e-mail para futuros contatos, sempre atualizados;
- 11.1.14. Apresentar Nota fiscal/fatura correspondente aos fornecimentos realizados;
- 11.1.15. Cumprir as demais exigências operacionais e demais disposições dispostas no Termo de Referência.

## 12. DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. – Os pagamentos pelos medicamentos adquiridos serão efetuados conforme demanda, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação da fatura ou nota fiscal, devidamente atestados por servidor responsável da Secretaria de Saúde do Município de Gravatá, especialmente designado para tal finalidade;

13.2. - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** cuja situação irregular ou enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

13.3. - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do **CONTRATANTE**, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelos órgãos entre o prazo referido no subitem 13.1 e o correspondente ao efetivo adimplimento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

<u>Sigla</u>	<u>Significado / Descrição</u>
EM	Encargos Moratórios.
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a ser paga.
TX	Percentual da taxa anual = 6%
I	Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado: $I = \frac{(TX/100)}{365} = \frac{(6/100)}{365} = 0,0001644$
TX	Percentual da taxa anual = 6%

13.3.O preço contratado será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, utilizando-se, para tanto, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo IBGE, de acordo com normas jurídicas vigentes e em conformidade com as Leis Estaduais (PE) nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003 e nº 12.932, de 05 de dezembro de 2005, aplicado ao caso por analogia em face a ausência de Legislação Municipal.

## 14. DAS PENALIDADES

14.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Gravatá/PE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 14.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. Falhar na execução do contrato;

- 14.1.4. Não assinar o contrato e/ou ata de registro de preços no prazo estabelecido;
- 14.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.6. Não manter a proposta;
- 14.1.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
- 14.1.8. Cometer fraude fiscal;
- 14.1.9. Fizer declaração falsa.
- 14.2. Para condutas descritas nos subitens 14.1.1, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7; 14.1.8 e 14.1.9, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 14.2.1. A licitante que não manter a proposta, nos termos da legislação vigente, será penalizada com multa, no percentual de 1,0% a 5,0% (um a cinco por cento) do valor ofertado pela empresa, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, em caso de reincidência;
- 14.2.2. A licitante que não manter a proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Gravatá/PE, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 14.3. O retardamento da execução previsto no subitem 14.1.2, estará configurado quando a **CONTRATADA**:
- 14.3.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 07 (sete) dias, contados da data constante na ordem de fornecimento;
- 14.3.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, as obrigações definidos no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 14.4. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o subitem 14.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 14.7.
- 14.5. A falha na execução do contrato prevista no subitem 14.1.3 estará configurada quando a **CONTRATADA** se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na TABELA 03 do item 14.7 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a TABELA 01 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

**TABELA 01**

Grau da Infração	Pontos da Infração
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

- 14.6. O comportamento previsto no subitem 14.1.5 estará configurado quando a **CONTRATADA** executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
- 14.7. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:



TABELA 02

Grau	Correspondência
1	0,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
2	0,4% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
3	0,8% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
4	1,6% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
5	3,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
6	4,0% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação

TABELA 03

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Executar fornecimento incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de fornecimento ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências do <b>CONTRATANTE</b> para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de fornecimento determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
7	Retirar das dependências da <b>CONTRATANTE</b> quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência

**PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:**

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela Fiscalização.	1	Por ocorrência



10	Cumprir determinação da Fiscalização para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.	2	Por ocorrência
12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
13	Entregar a garantia contratual eventualmente exigida nos termos e prazos estipulados.	1	Por dia

- 14.8. A sanção de multa poderá ser aplicada à **CONTRATADA** juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 14.1 desta cláusula.
- 14.9. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a **CONTRATADA** cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;
- 14.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP;
- 14.11. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado;
- 14.12. Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa, o contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial;
- 14.13. Decorrido o prazo previsto no item 14.12, o **CONTRATANTE** encaminhará a multa para cobrança judicial;
- 14.14. A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, logística (carregamento e descarregamento do material), comissões, pessoal, embalagem, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem;
- 15.2. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital do **Pregão Eletrônico CEL/FMS nº 003/2020** e nos termos da legislação pertinente;
- 15.3. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação;

## 16. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. Este Registro de Preços poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e também, nos casos de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Dissolução da **CONTRATADA**, bem como da transferência do presente Contrato, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência na

durante a execução do fornecimento, conforme preceitua a Seção V do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**16.1.1** Não se aplicará o cancelamento por motivo de recuperação judicial, de que trata o item anterior, caso a empresa detentora da ata já tenha tido o plano de recuperação homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações assumidas.

**17. DA SUCESSÃO**

17.1. Este Registro de Preço obriga as partes **CONTRATANTES** e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

**18. DA PUBLICAÇÃO**

18.1. Esta Ata de Registro de Preço terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado, como condição de sua eficácia, na forma preconizada no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

**19. DO FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Gravatá/PE para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Gravatá, 02 de março de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**LUIZ RIBAMAR SANTOS DE MELO**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**CONTRATANTE**

  
\_\_\_\_\_  
**ODAIR JOSÉ BALESTRIN**  
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA  
**CONTRATADA**

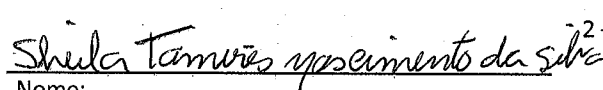
  
\_\_\_\_\_  
**JOSÉ DAVID GIL RODRIGUES FILHO**  
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

**TESTEMUNHAS:**

1-

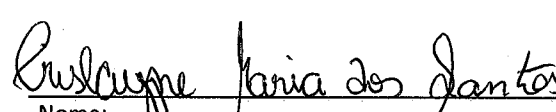
Nome:

CPF nº. 083.935.554-85

  
\_\_\_\_\_  
Nome:

Nome:

CPF nº. 145.481.734-80

  
\_\_\_\_\_  
Nome:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATÁ

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO
ARP Nº 002/2020. A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido no Processo Licitatório CEL/FMS nº 003/2020 - Pregão Eletrônico nº 003/2020, resolveu publicar os preços registrados para contratação eventual e futura de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravata/PE, ofertados pela empresa CIRURGICA MONTEBELLO LTDA - CNPJ: 08.674.752/0001-40, ITENS 02, 08, 12, 13, 29, 32, 37, 42, 48, 49, 53, 62, 74, 77, 78 pelo valor global de R\$375.699,00 prazo de vigência 12 meses. Gravata, 02 de março de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.

ARP Nº 003/2020. A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido no Processo Licitatório CEL/FMS nº 003/2020 - Pregão Eletrônico nº 003/2020, resolveu publicar os preços registrados para contratação eventual e futura de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravata/PE, ofertados pela empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.520.329/0001-40, ITENS 11, 54, 84 pelo valor global de R\$75.740,00 prazo de vigência 12 meses. Gravata, 02 de março de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.

ARP Nº 004/2020. A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido no Processo Licitatório CEL/FMS nº 003/2020 - Pregão Eletrônico nº 003/2020, resolveu publicar os preços registrados para contratação eventual e futura de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravata/PE, ofertados pela empresa ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - CNPJ: 28.911.399/0001-52, ITEM 01 pelo valor global de R\$99,40 prazo de vigência 12 meses. Gravata, 02 de março de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.

ARP Nº 005/2020. A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido no Processo Licitatório CEL/FMS nº 003/2020 - Pregão Eletrônico nº 003/2020, resolveu publicar os preços registrados para contratação eventual e futura de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravata/PE, ofertados pela empresa NORDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 09.137.934/0002-25, ITENS 16, 30, 52 pelo valor global de R\$49.840,00 prazo de vigência 12 meses. Gravata, 02 de março de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.

ARP Nº 006/2020. A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido no Processo Licitatório CEL/FMS nº 003/2020 - Pregão Eletrônico nº 003/2020, resolveu publicar os preços registrados para contratação eventual e futura de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravata/PE, ofertados pela empresa PHARMALUS LTDA - CNPJ: 03.817.043/0001-62, ITENS 02, pelo valor global de R\$13.300,00 prazo de vigência 12 meses. Gravata, 02 de março de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.

ARP Nº 007/2020. A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido no Processo Licitatório CEL/FMS nº 003/2020 - Pregão Eletrônico nº 003/2020, resolveu publicar os preços registrados para contratação eventual e futura de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravata/PE, ofertados pela empresa PRO-SAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - CNPJ: 21.297.758/0001-93, ITENS 39 e 68 pelo valor global de R\$154.000,00 prazo de vigência 12 meses. Gravata, 02 de março de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.

ARP Nº 008/2020. A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido no Processo Licitatório CEL/FMS nº 003/2020 - Pregão Eletrônico nº 003/2020, resolveu publicar os preços registrados para contratação eventual e futura de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravata/PE, ofertados pela empresa UNI HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 07.484.373/0001-24, ITENS 24, 50, 71 pelo valor global de R\$59.950,00 prazo de vigência 12 meses. Gravata, 02 de março de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.

ARP Nº 009/2020. A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido no Processo Licitatório CEL/FMS nº 003/2020 - Pregão Eletrônico nº 003/2020, resolveu publicar os preços registrados para contratação eventual e futura de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravata/PE, ofertados pela empresa FACIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ: 15.161.870/0001-67, ITENS 14, 17, 31, 36, 66, 70 pelo valor global de R\$9.938,60 prazo de vigência 12 meses. Gravata, 02 de março de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.

de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.
ARP Nº 010/2020. A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido no Processo Licitatório CEL/FMS nº 003/2020 - Pregão Eletrônico nº 003/2020, resolveu publicar os preços registrados para contratação eventual e futura de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravata/PE, ofertados pela empresa DROGAFONTE LTDA - CNPJ: 08.778.201/0001-26, ITENS 05, 09, 10, 15, 21, 22, 23, 33, 34, 38, 43, 51, 55, 57, 58, 64, 73, 76 pelo valor global de R\$232.510,00 prazo de vigência 12 meses. Gravata, 02 de março de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.

ARP Nº 011/2020. A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido no Processo Licitatório CEL/FMS nº 003/2020 - Pregão Eletrônico nº 003/2020, resolveu publicar os preços registrados para contratação eventual e futura de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravata/PE, ofertados pela empresa NOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 12.889.035/0001-02, ITENS 04, 07, 27, 28, 59, 61, 63, 67, 75, 80, 83 pelo valor global de R\$337.491,40 prazo de vigência 12 meses. Gravata, 02 de março de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.

ARP Nº 012/2020. A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido no Processo Licitatório CEL/FMS nº 003/2020 - Pregão Eletrônico nº 003/2020, resolveu publicar os preços registrados para contratação eventual e futura de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravata/PE, ofertados pela empresa FOXMED MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP - CNPJ: 24.994.990/0001-99, ITENS 60 e 69 pelo valor global de R\$4.466,00 prazo de vigência 12 meses. Gravata, 02 de março de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.

ARP Nº 013/2020. A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido no Processo Licitatório CEL/FMS nº 003/2020 - Pregão Eletrônico nº 003/2020, resolveu publicar os preços registrados para contratação eventual e futura de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravata/PE, ofertados pela empresa COMERCIAL CIRURGICA RIO CLAARENSE LTDA - CNPJ: 67.729.178/0002-20, ITENS 03, 19, 20, 40, 45, 65 pelo valor global de R\$247.614,00 prazo de vigência 12 meses. Gravata, 02 de março de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.

ARP Nº 014/2020. A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido no Processo Licitatório CEL/FMS nº 003/2020 - Pregão Eletrônico nº 003/2020, resolveu publicar os preços registrados para contratação eventual e futura de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para suprir a Rede Municipal de Saúde de Gravata/PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravata/PE, ofertados pela empresa HOSPROGAS COMERCIAL LTDA - CNPJ: 08.774.908/0001-75, ITENS 06, 35, 44 pelo valor global de R\$33.040,00 prazo de vigência 12 meses. Gravata, 02 de março de 2020. Luiz Ribamar Santos de Melo- Secretário de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2020 - FMG
RECONHEÇO E RATIFICO, nos termos do Inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, o Processo Administrativo nº 003/2020, Objeto: Locação de Imóvel Situado na Rua Siqueira Campos, Nº 87, Bairro: Santo Antônio, Garanhuns/PE, correspondente à 02 (Dois) salas (Salas localizadas no Térreo Nº 05 e 06), destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico deste Município, em favor de sua proprietária, a Sra. ZENEIDE GOMES CAVALCANTE, inscrita no CPF nº 529.453.754-00, Valor Mensal de R\$ 1.400,00 (Mil e quatrocentos reais), Jancéllia Martins Campos Branco - Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPOJUCA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 005/FMS/2020 - PROCESSO Nº: 001/FMS/2020. CPL. Registro de preços para futura e eventual aquisição de água mineral em garrafas (em comodato) de 20 litros, garrafas de água mineral de 500 ml e gás GLP de 13 kg, (em comodato), para atender as entidades da Administração Direta e Indireta do Fundo Municipal de Saúde do Ipojuca. CONTRATADO: F. D. A SILVA PAPA - ME CNPJ Nº 11.050.196/0001-09. VALOR: R\$ 245.889,50 Ipojuca, 17/03/2020. WENDEL GUSTAVO BEZERRA FRANÇA- Gestor do Fundo Municipal de Saúde (\*)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPOJUCA

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 057/PM-SMA/2020.
CPL. PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/PM-SMA/2020 - HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/PM-SMA/2020 - Contratação de empresa para aquisição de 27.000 kg de peixes, destinados a aproximadamente 8.000 famílias carentes do Município do Ipojuca, cujo objeto foi ADJUDICADO a MAC COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI - CNPJ 32.653.366/0001-77, pelo valor total de R\$ 418.500,00 Ipojuca, 03/04/2020. JOSÉ HELENO ALVES - Secretário Municipal de Agricultura (\*) (\*\*) (\*\*)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO ALFREDO

Ratificação de Inexigibilidade
Reconheço e Ratifico o Processo Nº: 009/2020 - Inexigibilidade Nº 003/2020 Objeto: Contratação de empresa especializada no recebimento, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos, gerados no Município de João Alfredo, em aterro sanitário licenciado Classe II - A e II - B. Fundamentação legal: no art. 25, capul, Lei 8.666/93. Contratada: Empresa de Engenharia Sanitária e Construções LTDA - EMPESA, sob o CNPJ: 07.916.655/0001-53, com valor de Classe II - A R\$ 53,95 e Classe II - B R\$ 30,00 por tonelada de resíduo recebido. João Alfredo, 03 de Abril de 2020. Maria Sebastiana da Conceição - Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDIBA-PE

INEXIGIBILIDADE Nº: 003/2020
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2020
CREDECIONAMENTO AGRICULTURA FAMILIAR

A Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Mirandiba, toma público aos interessados que realizará a Chamada Pública nº. 001/2020. Objeto: Aquisição de gêneros hortifrut através de Grupos Formais de Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações ou Grupos Informais de Agricultores Familiares ou Fomecedores Individuais para atenderem a demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Período de recebimento das propostas: 06/04/2020 a 06/05/2020. Edital e Informações: Prefeitura Municipal de Mirandiba - Av. José da Silva Torres Araújo, s/n - Centro, Mirandiba-PE, (87) 3885-1025, das 08 às 12 horas ou e-mail: licitacao@mirandiba.pe.gov.br, Mirandiba-PE, 03 de abril de 2020. Cléia Fabiana Gomes do Amaral Ferreira - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020
PROCESSO Nº 025/2020

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 025/2020. Objeto: Pregão Presencial - Contratação de empresa para a aquisição de microgeradores fotovoltaicos, para atender a Prefeitura Municipal de Tamandará, Hospital José Múrcio Monteiro, Escola Municipal Almirante Tamandará e Escola Municipal mundo mágico, conforme relação constante no termo de referência anexo (VI) deste edital. Informações podem ser obtidas Na sede da Prefeitura Municipal de Tamandará, no horário de 8:00h às 12:00h, de segunda a sexta-feira ou no e-mail: cplpm2019@gmail.com.

Tamandará/PE, 02/04/2020.

Carlos Eduardo Vieira Galvão
Secretário do Infraestrutura

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PORTARIA Nº 222/2020
O Prefeito do município de Timbaúba, no uso de suas atribuições legais que lhe permite a Lei Orgânica Municipal e, CONSIDERANDO o pedido de exoneração do cargo feito pelo Secretário de Município de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Sr. SEVERINO GOMES DA SILVA; CONSIDERANDO a impossibilidade de permanência do mesmo no cargo, em face de sua candidatura ao cargo de vereador; CONSIDERANDO o que dispõe o art. 1º, II, "a" c/c "b", 4º IV, "a" da LC 64/90; RESOLVE; Artigo 1º - EXONERAR o cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, o Sr. SEVERINO GOMES DA SILVA. Artigo 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário. Gabinete do Prefeito, 02 de abril de 2020.

ULISSES FELINTO FILHO - PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PORTARIA Nº 221/2020
O Prefeito do município de Timbaúba, no uso de suas atribuições legais que lhe permite a Lei Orgânica Municipal e, CONSIDERANDO o pedido de exoneração do cargo feito pelo Secretário de Comércio, Agricultura e Pecuária e Defesa Social, Sr. MARCOS ANTONIO FERREIRA; CONSIDERANDO a impossibilidade de permanência do mesmo no cargo, em face de sua candidatura ao cargo de vereador; CONSIDERANDO o que dispõe o art. 1º, II, "a" c/c "b", 4º IV, "a" da LC 64/90; RESOLVE; Artigo 1º - EXONERAR o cargo de Secretário Municipal de Comércio, Agricultura e Pecuária e Defesa Social, o Sr. MARCOS ANTONIO FERREIRA, CPF sob n. 809.177.844-72. Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário. Gabinete do Prefeito, 02 de abril de 2020.

ULISSES FELINTO FILHO - PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERTENTES

TERMO: EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
Tipo de Cooperação Técnica nº: (13/02.51/2020). Cessão do direito de uso, serviços de implantação, migração de dados, suporte técnico operacional e manutenção de software digital de gerenciamento e controle de margem consignável e gestão de consignações facultativas em folha de pagamento. Contratada: Consignel Sistema Ltda. CNPJ: 23.112.748/0001-81. Valor: sem ânus para o Município. Vigência: de 24/03/2020 a 24/03/2025. Romero Leal Ferreira. Prefeito (\*)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LAGOA DO CARRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº: 011/2020. CPL. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2020. Natureza do Objeto: Compra - Descrição do Objeto (registro de Preços por Item, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses para eventual AQUISIÇÃO DE 01 AMBULANCIA TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA, PARA GARAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA DO CARRO, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR DE Nº 11326.003000/1190-08. Valor Estimado: R\$ 86.960,00(Oitenta e seis mil novecentos e sessenta reais). Descrição de quantidades, unidades e outras especificações relativas ao objeto encontram-se explicitadas no Edital. O Edital e seus anexos poderão ser retirados nos sites www.bnc.org.br; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 09:00 horas do dia 06/04/2020; ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: No dia 17/04/2020; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 17/04/2020. Informações na Sede da CPL, sito à R. Rua Antônio Francisco da Silva, 258, Centro, Lagoa do Carro - PE, através do (81) 38218156, no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, ou, ainda, através do e-mail: cpl lagoadoacarro@gmail.com. Lagoa do Carro, 06/04/2020. Bruna Ferreira da Silva. Pregoeira Oficial. (\*\*)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBEIRA DA PENHA

ATO DE ANULAÇÃO

O Prefeito do Município de Carnaubeira da Penha PE, no uso de suas atribuições legais e, atendendo orientações do TCE (Instituto de Arcoverde), através de contato telefônico e, acatando a solicitação de Secretaria de Finanças do Município através do ofício nº 04/2020. DECLARA desfeito por ato de ANULAÇÃO o Processo Licitatório nº 022/2020 Pregão Presencial nº 012/2020. Em 03 de abril de 2020 para adequação do valor orçado.

Manoel José da Silva
Prefeito.

Publicações Particulares

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESE

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
COMPANHIA ABERTA
EMPRESA DO SISTEMA ELÉTRICO BRAS
NIRE - 263004250-9
CNPJ - 33.541.368/0001-16

180.ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE ADIAMENTO E CONVOCAÇÃO
Ficam informados os Senhores Acionistas da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf, sobre o adiamento da Assembleia Geral Extraordinária, originalmente convocada para às 10:30 horas do dia 07 de abril de 2020, conforme edital de convocação publicado nos dias 24, 25 e 26 de março de 2020 no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e nos jornais Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio e Folha de Pernambuco, ficando os senhores acionistas da Companhia convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, em sua Sede Social, na Rua Domíngos Coustado, nº 333, no Bairro de San Marlin, na Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, às 10:30 horas do dia 12 de maio de 2020, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 180.ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE:

- 1- apreciar e deliberar sobre os termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação da SPE TDG - Transmissora Dalmiro Gouveia S.A. pela Chesf;
2- deliberar sobre a ratificação da nomeação efetuada pelos administradores da Chesf e da TDG da empresa de avaliação especializada, Chronus Auditores Independentes S/S- Sociedade Simples, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação Contábil do Patrimônio Líquido da TDG a ser vertido à Chesf;
3- apreciar e deliberar acerca do referido Laudo de Avaliação Contábil do Patrimônio Líquido; e
4- deliberar sobre a incorporação da TDG pela Companhia e sua implementação.

Recife, 04 de abril de 2020.

Wilson Pinto Ferreira Junior
Presidente do Conselho de Administração

TRAMONTINA DELTA S/A

CNPJ nº 02.508.145/0001-23 - NIRE 28300012647. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. CONVOCAÇÃO. Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 24 de abril de 2020, às 17h00min (dezessete horas), na sede da Companhia sítio na Av. Barão do Bonito, nº 1110, Bairro da Várzea, em Recife, PE, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; 2) Destinar o Resultado do Exercício Social; e, 3) Fixar os honorários da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Recife, PE, em 30 de março de 2020. Clóvis Tramontina - Presidente do Conselho de Administração.

SE DEPENDER DA GENTE, NÃO VA FALTAR LIVRO NA SUA ESTANTE
CONFIRA OS LANÇAMENTOS
EDITORA CEPE COM.BR
Cepe EDITORA